

Instituições universitárias e a questão da autonomia

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero*
Stella Cecília Duarte Segenreich

Este capítulo integra uma coletânea de estudos correspondentes à terceira etapa do programa de divulgação dos resultados da pesquisa *A produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*, desenvolvida pelo GT Política de Educação Superior, da ANPEd.

Na primeira etapa, cada pesquisador analisou um periódico sobre o qual fez o levantamento e a análise dos documentos relacionados à educação superior. Coube às autoras deste capítulo trabalhar as publicações da SBPC: a revista *Ciência e Cultura* no período 1982-1995, com 1.147 documentos, o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, com um total de 982 textos, dos quais 130 foram selecionados do *Informe* e 852 do *Jornal*, além do *Boletim ANPEd*, onde foram identificados 162 textos que abordam a temática educação superior, totalizando, assim, 2.291 documentos. Como produto dessa primeira etapa, foi publicado o livro *A educação superior em periódicos nacionais*, em 1988, tendo como organizadores Marília Costa Morosini e Valdemar Sguissardi.

Na segunda etapa, ainda individualmente e no âmbito de seu periódico, cada pesquisador elaborou documento sobre temática de sua escolha, para apresentar no Seminário do GT que se realizou em 1998, em Belo Horizonte.

Finalmente, o texto ora apresentado se constitui a primeira análise de categorias temáticas abrangendo os periódicos levantados. Esse trabalho somente se tornou possível com a agregação e consolidação dos bancos de dados levantados individualmente pelos pesquisadores em um único banco, o *Universitas/BR* (1968-1995), referido na Apresentação.

Para uma análise da temática Instituições Universitárias e a Questão da Autonomia, que constitui o título deste capítulo, tomou-se como base duas categorias: História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, dentre as 15 constantes do conjunto de dados relacionados na Tabela 9.

As categorias História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em conjunto, no registro inicial do Banco de Dados *Universitas/BR* (1968-1995), representam 10,4% do total de documentos, como pode ser observado na Tabela 9. O Gráfico 5 permite visualizar a presença das mesmas em relação às demais.

É evidente que essas duas categorias, principalmente História das Instituições de Educação Superior, superam, em termos de abrangência, o tema proposto no presente estudo. Nos próximos itens far-se-á uma apresentação dos principais aspectos de cada uma dessas categorias em toda a sua complexidade, procurando destacar: as principais temáticas tratadas; sua trajetória nos diferentes períodos delimitados como marcos significativos na educação superior no Brasil; sua presença nos diferentes periódicos e nos tipos de produção considerados.

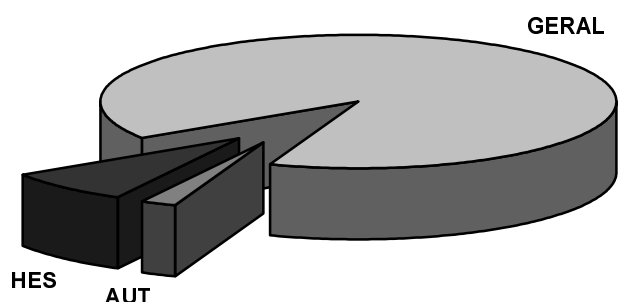
* Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, livre-docente em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), é coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e autora de vários livros, capítulos de livros e artigos sobre educação superior no Brasil. Stella Cecília Duarte Segenreich, doutora em Educação pela UFRJ, é professora titular da Universidade Santa Úrsula, pesquisadora do Proedes e do CNPq e autora de vários capítulos de livros sobre educação superior.

Tabela 9 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995

Categorias Temáticas	Código	Nº	%
Autonomia Universitária	AUT	106	2,3
Avaliação do Ensino Superior	AVA	406	9,0
Corpo Discente	DIS	262	5,8
Corpo Docente	DOC	239	5,3
Ensino	ENS	783	17,3
Relação Ensino, Pesquisa e Extensão	EPE	57	1,2
Extensão Universitária	EXT	250	5,5
História das Instituições de Educação Superior (IES)	HES	365	8,1
Manutenção e Financiamento da Educação Superior	MF	180	3,9
Natureza Jurídica das IES	NAT	53	1,2
Organização Acadêmica e Gestão	OAG	193	4,2
Pesquisa	PES	307	6,7
Políticas Públicas da Educação Superior	POL	828	18,2
Corpo Técnico-Administrativo	TEA	11	0,2
Universidade e Sociedade	USO	506	11,1
Total		4.546	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Gráfico 5 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, no Banco de Dados *Universitas/BR* – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

No que se refere à categoria História das Instituições de Educação Superior, por sua amplitude, optou-se por focar com maior ênfase a contribuição da produção científica para o estudo das instituições universitárias, após um exame mais global das temáticas referentes às IES e ao sistema de ensino superior como um todo. Em seguida, procurou-se efetuar uma análise da categoria temática Autonomia Universitária, que aparece com menor frequência que a primeira. Examinando os textos produzidos sobre essa questão, verifica-se que, após 1968, com a Reforma Universitária, embora o princípio da autonomia seja reconhecido legalmente, a situação em que vivia o

País não permitia que ela fosse implantada, como será visto mais adiante neste trabalho. Todavia, cabe lembrar que, no limiar dos anos 80, reinicia-se a luta pela redemocratização da sociedade brasileira e, como parte dela, das instituições universitárias. Nessa fase, como bem assinalam alguns documentos, são apresentadas outras propostas que vão marcar a história da educação superior no País, com destaque para o princípio da autonomia universitária.

Nos anos 80, há um dado importante em relação à universidade e que aparece registrado em vários documentos: a Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu artigo 207, o princípio da *autonomia universitária*, até hoje objeto de luta pela sua efetivação.

Sem pretender realizar um exame exaustivo não previsto para este trabalho, tentou-se apresentar o que pareceu essencial sobre as duas temáticas, procurando, sobretudo, apontar o que pode sugerir maior utilidade prática para o pesquisador voltado para questões de educação superior no País nos anos de 1968 a 1995.

Outra preliminar que precisa ser esclarecida – mesmo assumindo as limitações – é que se trabalhou apenas com os resumos que integram o *Universitas/BR* como arcabouço para o presente estudo. Tais resumos incluem: artigos, depoimentos, editoriais, notas, notícias, etc., classificados nas duas categorias.

O período trabalhado abrange um espaço de tempo que é significativo, por corresponder à vigência de duas Constituições: a de 1967, promulgada no regime militar (e alterada pela Emenda de 1969), e a de 1988, que vai se refletir concretamente na educação superior e em suas instituições, abrindo um debate sobre a história das instituições universitárias e a questão da autonomia, que persiste até os nossos dias. Trata-se de um período que experimentou diferentes fases na história do País, passando por um regime autoritário que teve início com o Golpe Militar de 1964 e se estende até 1979 – fase de recrudescimento em termos político-ideológicos e de maior fechamento –, quando começa o processo de anistia política, desaguando em outro momento que culmina em 1984, quando o País entra numa nova fase, compreendendo a campanha das “Diretas Já”, a eleição indireta para presidente da República e a instalação, em 1986, da Assembléia Nacional Constituinte, que elabora a atual Constituição, promulgada em 6 de outubro de 1988. Vale observar no entanto que, nesta última fase, persistiram, ainda, certos laivos de autoritarismo. Mas a presença de entidades e organizações da sociedade civil durante a Constituinte (1986-1988) ganhou novos contornos dentro da sociedade brasileira, sendo a questão da escola pública posta não apenas como um problema educacional, mas também político, além de ampliar as discussões e propostas sobre educação superior e universidade. Tal questão vai se refletir na pesquisa *A produção sobre educação superior (1968-1995): avaliação e perspectivas*, que dá origem ao Banco de Dados *Universitas/BR*, anteriormente mencionado.

Arrematando este item, insiste-se em que a leitura do presente texto, aliada à consulta do Banco de Dados, pode fornecer importantes subsídios para uma melhor compreensão da gênese e encaminhamento de algumas questões que estão sendo atualmente colocadas, em termos de autonomia das universidades, estrutura dos cursos, modelos de organização das IES, instituições científicas, etc.

EXPLORANDO AS CATEGORIAS TEMÁTICAS HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A Categoria Temática História das Instituições de Educação Superior

Esta categoria foi a que apresentou o maior número de subcategorias, como pode ser visualizado na Tabela 10.

Tabela 10 – Distribuição de documentos da categoria História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995

Subcategorias	Código	N ^o *	%
Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES	3.1	163	28,7
Reestruturação de IES: Cátedra/Departamento	3.2	18	3,2
Reforma Universitária	3.3	117	20,6
Movimento Estudantil	3.4	5	0,9
Movimento Docente	3.5	12	2,1
Produção Científica	3.6	139	24,5
Educadores/Cientistas	3.7	38	6,7
Cursos	3.8	56	10,0
Outros	3.9	19	3,3
Total		567	100

*Estes números totalizam as indicações nas categorias (opções) 1, 2 e 3; por isso, são superiores aos 365 documentos indicados na Tabela 9.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Pode-se verificar, logo em uma primeira análise, que existe grande diversificação de temas que se relacionam, inclusive com outras categorias temáticas. É o caso, por exemplo, das subcategorias *Movimento Estudantil* e *Movimento Docente*. Os textos incluídos nessas subcategorias se mostraram mais pertinentes à temática Comunidade Acadêmica, que abrange as categorias Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo; por essa razão, os documentos nelas contidos foram analisados por outro grupo de pesquisadores e, para este tema, foram deslocados os textos referentes à subcategoria 3.7, *Educadores/Cientistas*.

Foi feita ainda uma análise dos 19 documentos incluídos na subcategoria *Outros*, de forma a realocá-los em outras subcategorias da mesma temática, eliminando os documentos desta subcategoria ou criando nova subcategoria que contemplasse temas que não se encaixavam nas subcategorias existentes. Assim sendo, tomou-se como base os descritores das subcategorias, definidos *a priori* e consolidados no decorrer da construção do Banco de Dados, a saber: 3.1 – *Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES*: ênfase nas IES ou no sistema de ensino superior; 3.2 – *Reestruturação das IES: Cátedra/Departamento*, com ênfase na reestruturação acadêmico-administrativa interna; 3.3 – *Reforma Universitária*: situação histórica da Reforma Universitária de 1968 – idéia de Universidade no período; 3.6 – *Produção Científica*: orientação formativa dessa produção; 3.8 – *Cursos*: sem nenhuma especificação adicional; e 3.9 – *Outros*: tema relativo à história da educação superior que não se enquadra em nenhuma subcategoria existente.

A Categoria Temática Autonomia Universitária

Trabalhando os dados que integram o Banco de Dados *Universitas/BR* referentes à categoria Autonomia Universitária, elaborou-se a Tabela 12, constituída por 143 documentos – e não 106, como aparece na Tabela 9. Tal discrepância poderá ser explicada, em parte, pelo número de documentos que estavam classificados na subcategoria 7.9, com a denominação genérica de *Outros*, além de alguns outros que aparecem nos resumos e não chegaram a ser quantificados anteriormente.

Não se procedeu a uma reavaliação de outras subcategorias com baixa freqüência (3.2, por exemplo) com o objetivo de agregar subcategorias, por se entender que esse trabalho demandaria, também, propostas de reagrupamento das subcategorias existentes, que somente

poderiam ser definidas após a análise preliminar da categoria temática como tal, que é um dos objetivos desta publicação. O resultado da triagem realizada está retratado na Tabela 11.

Os 504 documentos indicados como total na Tabela 11 foram inicialmente mapeados de acordo com alguns parâmetros – ano de publicação, periódico e tipo de produção.

Tabela 11 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995

Subcategorias	Código	Nº*	%
Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES	3.1	164	32,5
Reestruturação de IES: Cátedra/Departamento	3.2	18	3,6
Reforma Universitária	3.3	119	23,6
Produção Científica	3.6	143	28,4
Cursos	3.8	57	11,3
História da Educação/Ensino Superior em Geral	3.9	3	0,6
Total		504	100

*Estes números totalizam as indicações nas categorias (opções) 1, 2 e 3, por isso, são superiores aos 365 documentos indicados na Tabela 9.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Fazendo uma releitura dos resumos incluídos nas subcategorias da categoria temática Autonomia Universitária, surgiu a necessidade de se criar duas novas subcategorias, como demonstra a Tabela 12: 7.0 – *Idéia e Concepção de Autonomia*, com 14 itens, e 7.3 – *Autonomia em Geral*, incluindo 33 documentos que fazem referência ou analisam aspectos gerais desse princípio ou apenas registram a importância da autonomia universitária em suas diferentes dimensões: autonomia didático-científica e autonomia administrativa de gestão financeira e patrimonial. Essa análise levou também a deslocar referências que apareciam nas subcategorias 7.2 e 7.9 para a 7.1, uma vez que a temática principal focalizada no texto referia-se a: escolha de dirigentes universitários enquanto processo; substituição da lista tríplice pela lista sêxtupla – o que vai ocorrer com a promulgação da Lei nº 6.420/77, que altera o artigo 16 da Lei nº 5.540/68; problemas relacionados à sucessão e nomeação de reitores em universidades públicas, com destaque para as federais, bem como referências explícitas à questão de recursos financeiros e como estes deveriam ser administrados.

Tabela 12 – Distribuição de documentos sobre Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995

Subcategorias	Código	Nº*	%
Idéia e Concepção de Autonomia	7.0	14	9,80
Autonomia Administrativa de Gestão Financeira e Patrimonial	7.1	85	59,44
Autonomia Didático-Científica	7.2	11	7,69
Autonomia em Geral	7.3	33	23,07
Total		143	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Deixam de ser inseridos 25 documentos na Tabela 12, por se entender que seria mais adequado classificá-los em outras categorias, tais como: Políticas Públicas da Educação Superior (subcategoria *Estado e Educação Superior*), Ensino (com destaque especial para a subcategoria *Currículo*), Universidade e Sociedade, Avaliação do Ensino Superior e Natureza Jurídica das IES.

Um exame ainda dessa tabela chama a atenção para outro aspecto importante: 85 (59,44%) dos 143 documentos que a compõem são referentes à subcategoria *Autonomia Administrativa de Gestão Financeira e Patrimonial*, seguida de 33 (23,07%) textos incluídos na subcategoria *Autonomia em Geral*. Esses dados são expressivos: se mais da metade dos textos estão centrados na subcategoria 7.1, essa circunstância vem ao encontro sobretudo das preocupações daqueles que reconhecem que a autonomia universitária é um modo de ser institucional, exigindo liberdade para a universidade autodeterminar-se e organizar-se internamente, tendo presente suas finalidades e funções. No caso das universidades públicas, para que continuem públicas e estatais, precisam continuar sendo financiadas pelo cofres públicos. Nessa linha, também, alguns escrevem fazendo propostas e/ou criticando as universidades públicas e apresentam como saída uma “universidade modernizada”, expressão que, segundo Marilena Chauí (1995, p. 58), poderá, nessa perspectiva ideológica, significar “privatizar e terceirizar”.

Produção sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, por Ano de Publicação dos Documentos

Foram definidos pelo Grupo do Projeto Integrado de Pesquisa três períodos que caracterizam a trajetória da educação superior dentro do período maior estudado (1968-1995): 1) 1968-1977, englobando a Reforma Universitária e seu processo de implantação; 2) 1978-1984, período caracterizado pela reorganização dos movimentos sociais; 3) de 1985 em diante, período caracterizado pela reconstrução e propostas de novas direções para o País, em termos político, econômico, social e educacional.

Um dos objetivos do mapeamento por ano de publicação foi o de detectar a maior ou menor incidência da produção sobre determinados temas, de acordo com os períodos acima mencionados. Como decorrência de uma primeira análise de caráter mais quantitativo, foram elaboradas, a partir dos dados levantados, as Tabelas 13 e 14.

Analisando o tema Instituições Universitárias como um todo, pode-se verificar a presença da produção, no período analisado, de documentos sobre as duas categorias.

Nos dois primeiros anos do levantamento, 1968 e 1969, apesar do total bruto da produção ser baixo, nas décadas de 80 e 90, o percentual relativo às categorias é bem mais elevado que o percentual do total da produção. Importa lembrar também que alguns periódicos só vão aparecer a partir dos anos 80.¹ Mesmo assim, embora a implantação da Reforma Universitária ocorra a partir de 1969, sob a égide de um regime autoritário, a frequência de documentos sobre as IES e o sistema de ensino superior e sobre a Reforma Universitária é elevada. Entretanto, os anos seguintes mostram uma produção bem mais escassa, apesar de apresentar um índice de produção acima da média nos anos de 1975 e 1977. O que chama a atenção, pela ausência, neste primeiro período (1968-1977), é a produção na subcategoria *Cursos*, que somente vai começar a ter uma presença mais consistente no início da década de 80. Cabe observar, ainda, que uma das presenças mais estáveis é a referente à subcategoria *Produção Científica*.

Os níveis mais altos de produção podem ser observados no final do segundo período (1978-1984), em termos absolutos, a partir de 1982, em termos relativos, e no período 1985-1989, em termos absolutos e relativos (com exceção do ano de 1988). Admite-se como hipótese que tal produção está relacionada com o movimento de rediscussão da Reforma Universitária, através da apresentação de novos projetos de lei pelo Governo e por entidades representativas recém-criadas, como as associações docentes nas universidades e a Andes em nível nacional. Data também dessa época o desenvolvimento

¹ A respeito, consultar Morosini e Sguissardi (1998a).

do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), que gerou uma série de trabalhos sobre as universidades que participaram do Estudo-Base, com temas específicos sobre a Reforma Universitária, tais como: primeiro ciclo, departamentalização, associação ensino-pesquisa, entre outros.

Tabela 13 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação, subcategoria e posição, em relação ao total geral – 1968-1995

Anos	Subcategorias Temáticas						Total Cat. 3		Total Geral	
	3.1	3.2	3.3	3.6	3.8	3.9	Nº	%	Nº	%
1968	4	1	6	5	1	-	17	3,37	74	1,63
1969	5	3	2	3	-	-	13	2,58	41	0,90
1970	-	-	2	1	-	-	3	0,60	33	0,73
1971	-	-	-	1	-	-	1	0,20	40	0,88
1972	-	-	1	-	-	-	1	0,20	38	0,84
1973	-	2	2	2	-	-	6	1,19	58	1,28
1974	2	-	2	-	-	-	4	0,79	59	1,30
1975	2	-	-	6	-	-	8	1,59	46	1,01
1976	1	-	1	1	-	-	3	0,60	52	1,14
1977	4	1	3	2	-	-	10	1,98	69	1,52
1978	6	-	5	1	1	-	13	2,58	171	3,76
1979	4	1	1	-	-	1	7	1,39	121	2,66
1980	6	1	4	-	2	-	13	2,58	207	4,55
1981	6	-	4	1	1	1	13	2,58	159	3,50
1982	6	2	13	5	1	-	27	5,36	191	4,20
1983	6	-	4	12	3	-	25	4,96	190	4,18
1984	19	-	7	8	5	-	39	7,74	157	3,45
1985	16	4	12	8	4	-	44	8,73	235	5,17
1986	7	1	4	14	4	-	30	5,95	268	5,90
1987	8	-	17	6	2	-	33	6,55	278	6,12
1988	4	-	6	9	11	-	30	5,95	301	6,62
1989	9	1	5	12	3	-	30	5,95	231	5,08
1990	5	-	1	3	3	-	12	2,38	178	3,92
1991	10	-	5	6	-	1	22	4,37	222	4,88
1992	14	1	4	6	3	-	28	5,56	232	5,10
1993	5	-	5	7	7	-	24	4,76	269	5,92
1994	7	-	1	15	3	-	26	5,16	326	7,17
1995	8	-	2	9	3	-	22	4,37	300	6,60
Totais	164	18	119	143	57	3	504	100	4.546	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPed. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Esse movimento crescente de produção sobre educação superior teve seu ápice com a instalação da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, em março de 1985. Como pode ser verificado na Tabela 13, o ano de 1985 apresenta 44 documentos sobre educação superior, representando 8,73% do total de textos, acima do percentual de 5,17 dos documentos desse ano no total geral do Banco de Dados; 16 documentos se relacionam às IES ou ao sistema

como um todo e 12 estão especificamente direcionados para o tema Reforma Universitária. O maior número de documentos sobre a Reforma Universitária vai aparecer, no entanto, em 1987, fruto ainda dos resultados da Comissão e da atuação do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (Geres), criado em 1986 e que provocou bastante polêmica.

Quanto à categoria Autonomia Universitária, após análise dos resumos, foi elaborada a Tabela 14, que permite observar uma frequência mais alta de documentos e porcentual relativo maior nos anos de 1992 (11,63%), 1980 (8,69%) e 1991 (8,10%). É oportuno observar também que, com exceção do ano de 1969, com dois documentos (4,87%), de 1968 a 1976 nenhum texto aparece no Banco; o mesmo vai ocorrer nos anos de 1983 e 1984 em relação à essa categoria. Tal apreciação não implica avaliação definitiva, mas oferece subsídios que permitem continuar a análise dos periódicos que publicam textos sobre educação superior no período em estudo, na busca de pistas que levem a apreender de forma mais completa as percepções sobre essa temática.

Tabela 14 – Distribuição de documentos sobre Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por ano de publicação, subcategoria e posição, em relação ao total geral – 1968-1995

Anos	7.0	7.1	7.2	7.3	Total Cat. 7	Total Geral	%
1968	-	-	-	-	-	74	0,00
1969	-	2	-	-	2	41	4,87
1970	-	-	-	-	-	33	0,00
1971	-	-	-	-	-	40	0,00
1972	-	-	-	-	-	38	0,00
1973	-	-	-	-	-	58	0,00
1974	-	-	-	-	-	59	0,00
1975	-	-	-	-	-	46	0,00
1976	-	-	-	-	-	52	0,00
1977	-	1	1	1	3	69	4,34
1978	-	2	3	-	5	171	2,92
1979	-	2	-	1	3	121	2,47
1980	3	14	-	1	18	207	8,69
1981	-	6	1	-	7	159	4,40
1982	-	1	-	3	4	191	2,09
1983	-	-	-	2	2	190	1,05
1984	-	-	-	-	-	157	0,00
1985	1	3	-	3	7	235	2,97
1986	-	2	-	1	3	268	1,11
1987	-	2	-	1	3	278	1,07
1988	3	2	-	1	6	301	1,99
1989	4	4	4	3	15	231	6,49
1990	-	2	-	3	5	178	2,80
1991	1	15	1	1	18	222	8,10
1992	2	16	1	8	27	232	11,63
1993	-	1	-	-	1	269	0,69
1994	-	4	-	3	7	326	2,14
1995	-	6	-	1	7	300	2,33
Total	14	85	11	33	143	4.546	3,14

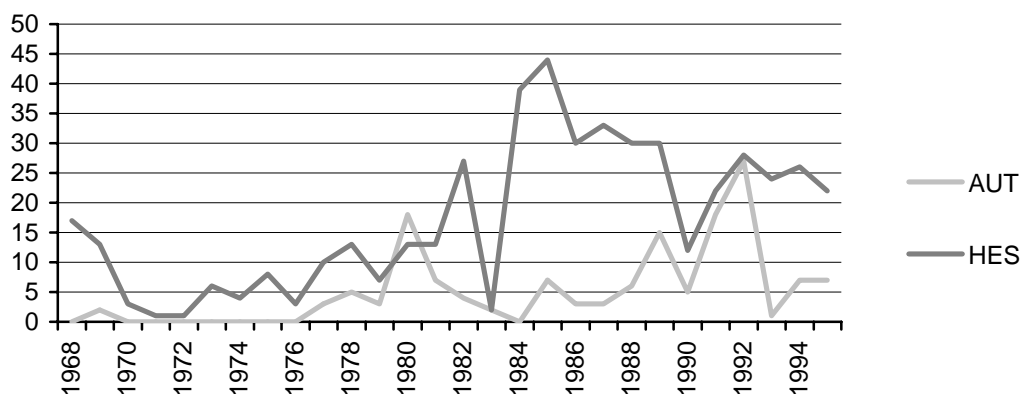
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A leitura da Tabela 14 permite observar ainda que, se por um lado, a lei básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968) reconhece a autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, por outro, não podemos esquecer o contexto em que esse dispositivo foi implantado. Tal limitação é fortemente marcada por atos de exceção baixados no governo militar, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e o Decreto-Lei nº 477, outorgado em 26 de fevereiro de 1969 com base no § 1º daquele Ato. Convém lembrar ainda que, complementando as determinações desse decreto-lei, outras medidas foram emitidas pelo Governo, contribuindo ainda mais para o processo de paralisia das instituições universitárias (Fávero, 1987). Assim, não será demasiado inferir que, provavelmente, a ausência quase total de estudos publicados, nos periódicos trabalhados, sobre Autonomia Universitária durante os anos de 1968 a 1976 poderá ser explicada pelo contexto em que a Reforma foi implantada. No ano de 1977, três trabalhos foram detectados, o que equivale a 4,34% do total relativo dos documentos.

Tomando o período de 1978 a 1984, caracterizado pela criação e reorganização de entidades e movimentos da sociedade civil, depreendemos que a concentração maior vai aparecer em 1979, com 18 textos sobre *Autonomia Universitária*, e que o ano de 1984, tão importante na história do País, com a campanha das "Diretas Já" para eleição de Presidente da República, como anteriormente assinalado, não apresenta nenhum documento a respeito da temática.

Finalmente, de 1985 a 1995, a produção é retomada com maior intensidade, se considerarmos que, dos 143 documentos no total da categoria, os maiores índices aparecem nos anos de 1991 (8,10%) e 1992 (11,63%). O Gráfico 6 permite ter uma visão comparativa das duas categorias analisadas neste item.

Gráfico 6 – Distribuição comparativa de documentos publicados sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Produção sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, por Tipo de Periódico

As Tabelas 15 e 16 permitem visualizar em quais periódicos há maior número de publicações nas duas categorias temáticas. Em relação às instituições universitárias, os periódicos foram classificados em três grandes grupos: o dos que tratam exclusivamente da *educação superior*, o dos que abordam a *educação em geral* e o dos considerados de *temática geral*, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15 – Distribuição de documentos da categoria temática História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria, periódico e posição no total geral – 1968-1995

Temáticas/ Periódicos*	Subcategorias Temáticas						Total Cat. 3		Total Geral	
	3.1	3.2	3.3	3.6	3.8	3.9	Nº	%	Nº	%
Educação Superior										
<i>Educação Brasileira</i>	14	1	6	5	1	2	29	5,75	499	11,46
<i>Estudos e Debates</i>	2	-	12	-	-	-	14	2,77	204	4,69
<i>Univ. e Sociedade</i>	3	-	-	1	-	-	4	0,80	43	0,99
Educação em Geral										
<i>Cadernos Nupes</i>	6	-	-	2	1	-	9	1,78	69	1,58
<i>Documenta</i>	3	-	2	-	-	-	5	1,00	171	3,93
<i>Em Aberto</i>	6	-	11	1	3	-	21	4,16	133	3,05
<i>RBEP</i>	15	6	10	5	-	-	36	7,17	114	2,62
<i>Boletim ANPEd</i>	5	3	7	10	9	-	34	6,74	162	11,46
<i>Rev. Bras. de Adm.</i>	6	-	-	-	-	-	6	1,20	23	0,53
<i>Cadernos Cedes</i>	1	-	-	-	-	-	1	0,20	32	0,73
<i>Educ. & Sociedade</i>	14	-	22	2	7	-	45	8,92	122	2,80
<i>Cad. de Pesquisa</i>	2	1	-	-	-	-	3	0,60	21	0,48
<i>Educação e Seleção</i>	-	-	-	1	-	-	1	0,20	19	0,44
<i>Fórum Educacional</i>	7	3	5	-	2	-	17	3,39	108	2,48
<i>Rev. Fac. de Educ.</i>	7	-	-	-	2	-	9	1,79	40	0,92
Temática Geral										
<i>Ciência e Cultura</i>	48	2	36	93	30	1	210	41,67	171	39,4
<i>Informe Ciência Hoje</i>	-	1	-	-	-	-	1	0,20	130	2,99
<i>Jornal Ciência Hoje</i>	15	-	-	13	-	-	28	5,58	594	13,6
<i>BIB</i>	7	-	5	3	2	-	17	3,39	76	1,75
<i>Rev. Bras. Ciên. Soc.</i>	-	-	-	1	-	-	1	0,20	11	0,25
<i>Ciên. Sociais Hoje</i>	1	-	1	-	-	-	2	0,40	4	0,09
<i>Rev. Adm. Pública</i>	-	-	1	-	-	-	1	0,20	36	0,83
<i>Debate e Crítica</i>	-	-	1	5	-	-	6	1,20	8	0,18
<i>Enc. c/a Civil. Bras.</i>	2	1	-	-	-	-	3	0,60	17	0,39
<i>(sem identificação)</i>				1			1	0,20	-	0,00
Total	164	18	119	143	57	3	504	100	4.354	100

*Não foram incluídos os periódicos *Cadernos Andes*, *Educação e Realidade* e *InfoCapes*, por não apresentarem documentos referentes às subcategorias temáticas.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Analisando as revistas de *educação superior*, verifica-se que em nenhuma delas o percentual de documentos das subcategorias que constituem a categoria História das Instituições de Educação Superior fica acima do percentual geral desses periódicos em relação ao total geral de documentos. O maior número de documentos, em termos absolutos, se concentra na revista *Educação Brasileira*, veículo natural de divulgação de questões relacionadas à educação superior, tendo em vista tratar-se de periódico editado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Entretanto, esse dado absoluto representa um baixo percentual em relação ao total de

artigos levantados sobre educação superior (499). Tal fato já havia sido apontado por Morosini (1998), em sua análise sobre a revista. Em nenhum momento, no entanto, a autora registra a presença dessa categoria em sua análise sobre a produção desse periódico; é um ponto a considerar que somente seis artigos se refiram à Reforma Universitária, em termos de sua trajetória, em todo o período analisado.

Tabela 16 – Distribuição de documentos da categoria temática Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por periódico, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995

Periódicos*	Subcategorias Temáticas				Total Cat. 7	Total Geral	
	7.0	7.1	7.2	7.3		Nº	%
<i>Educação Brasileira</i>	1	5	5	4	15	499	3,00
<i>Estudos e Debates</i>	2	10	-	-	12	204	5,88
<i>Universidade e Sociedade</i>	1	4	1	-	6	43	13,95
<i>Cadernos Nupes</i>	3	2	-	1	6	69	8,69
<i>Documenta</i>	-	-	-	3	3	171	1,75
<i>Em Aberto</i>	1	-	1	5	7	133	5,26
<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>	-	-	-	1	1	114	0,87
<i>Boletim ANPEd</i>	-	5	-	-	5	162	3,08
<i>Cadernos Cedes</i>	1	-	-	1	2	32	6,25
<i>Educação & Sociedade</i>	1	6	-	3	10	122	8,19
<i>Fórum Educacional</i>	-	-	-	4	4	108	3,70
<i>Ciência e Cultura</i>	1	25	3	3	32	1.718	1,86
<i>Informe Ciência Hoje</i>	2	5	1	-	8	130	6,15
<i>Jornal Ciência Hoje</i>	1	23	-	8	32	594	5,38
Total	14	85	11	33	143	4.099	3,49

*Por não incluírem documentos relacionados às subcategorias da categoria temática Autonomia Universitária no período de 1968-1995, não foram computados nesta tabela dados dos periódicos: *Boletim Informativo e Bibliográfico*, *Cadernos de Pesquisa*, *Cadernos Andes*, *Ciências Sociais Hoje*, *Debate e Crítica*, *Educação e Realidade*, *Educação e Seleção*, *Encontros com a Civilização Brasileira*, *InfoCapes*, *Revista Brasileira de Administração*; *Revista de Administração Pública* e *Revista de Ciências Sociais*.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Em relação às revistas de *educação em geral*, dois periódicos se destacaram por concentrar freqüências absolutas bastante elevadas e percentuais bastante significativos no total geral de produção das revistas em questão (Tabela 15). Em primeiro lugar, o periódico *Educação & Sociedade*, com 45 documentos, representando quase 9% de todos os documentos publicados sobre estas subcategorias, percentual bem acima do qual a categoria História das Instituições de Educação Superior havia sido apontada como a mais trabalhada. O segundo periódico é a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, publicada pelo Inep. Apesar da análise sobre a revista, feita por Sguissardi e Silva Júnior (1998), não apontar nela a presença significativa dessa categoria temática, a existência de 36 documentos representa um percentual acima do percentual geral, o que já indica uma contribuição significativa, principalmente no que se refere ao estudo das IES e à reforma universitária.

Finalmente, em relação aos periódicos de *temática geral*, destaca-se o elevado número de documentos da revista *Ciência e Cultura*. Embora o percentual médio esteja somente um pouco acima do percentual geral, o número de documentos, em termos absolutos, é o mais alto dentre todos os periódicos. É importante registrar, em relação àquela revista, que, embora seja significativa

a freqüência nas duas subcategorias mais centrais da categoria temática – 3.1 e 3.3 –, nela destaca-se, principalmente, a subcategoria *Produção Científica*.

A presença da subcategoria *Produção Científica* está diretamente relacionada à própria editora da revista, a SBPC, que tem como um de seus principais objetivos “ser um órgão de divulgação que noticiasse ciência no Brasil” (Mancebo, 1998, p. 197).

Além disso, ficaram incluídos nesta subcategoria documentos sobre a atuação da própria SBPC e o registro da trajetória das instituições científicas, tendo em vista que as subcategorias 3.1 e 3.2 se referiam explicitamente às IES.

Quanto à subcategoria *Cursos*, vale registrar a importância da contribuição da revista *Ciência e Cultura* na abordagem desse tema, tendo em vista a necessidade atual de se conhecer a trajetória dos diferentes cursos ou áreas de conhecimento para melhor avaliar as propostas de mudança em curso: novos parâmetros curriculares, modularização dos cursos de graduação e cursos seqüenciais.

No que se refere à categoria Autonomia Universitária, a Tabela 16 oferece uma visão da distribuição de documentos por periódico. Os dados dessa tabela indicam que, por ordem decrescente, os periódicos que mais contribuíram, em termos relativos, para o debate sobre essa categoria no período em estudo foram *Universidade e Sociedade*, editado pela Andes/Sindicato Nacional, com 13,95%, *Cadernos Nupes*, com 8,69%, e *Educação & Sociedade*, com 8,19%; enquanto que, em termos absolutos, merecem destaque a revista *Ciência e Cultura*, editada, como já assinalado, pela SBPC, com 32 trabalhos, e o *Jornal Ciência Hoje*, com o mesmo número de textos, editado também por essa entidade. Em terceiro lugar encontra-se a revista *Educação Brasileira*, publicada pelo Crub, com 15 documentos sobre a temática.

Produção sobre História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária, por Tipo de Documento

Onze tipos de documentos foram definidos no Banco de Dados, a partir de uma troca de idéias em que os pesquisadores procuraram retratar as especificidades de seus periódicos e conciliá-las no sentido de uma classificação que atendesse a todo o conjunto de periódicos. O resultado desse trabalho de classificação e o levantamento feito nas subcategorias das categorias temáticas História das Instituições de Educação Superior e Autonomia Universitária aparecem retratados nas Tabelas 17 e 18.

O que mais chama a atenção na Tabela 17 é a presença significativa de 229 artigos, tendo em vista o peso que esse tipo de produção expressa. A ocorrência de 117 resumos deve se referir, em sua maioria, aos resumos dos Anais das Reuniões Anuais da SBPC, que comparece com 210 documentos sobre estas subcategorias, como já foi visto na Tabela 15.

Outro dado significativo que merece registro se refere à presença de 26 resenhas (representando 6,16% da categoria temática ou 2,62% de documentos no percentual geral), o que parece apontar para trabalhos de peso sobre o assunto, principalmente no que se refere às subcategorias 3.1 (*Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES*) e 3.3 (*Reforma Universitária*). Quanto à presença expressiva, em termos percentuais, de documentos classificados como *apresentação* nessas subcategorias, isto não constitui um dado relevante para análise, tendo em vista que este índice se refere a um universo muito pequeno, com apenas quatro documentos.

O exame da Tabela 18 nos permite inferir que, em relação ao tipo de e à posição no total dos documentos publicados sobre educação superior no período em estudo, a maior incidência em relação à categoria Autonomia Universitária é de artigos, com um total de 86, apresentando, em relação ao total geral, um percentual de 5,12; a seguir aparecem as notícias, com 35 textos e 4,35% do total de documentos da mesma classificação. Em relação a esses últimos dados, observamos que a quase totalidade dessas notícias são do *Informe/Jornal Ciência Hoje*, da SBPC.

Tabela 17 – Distribuição de documentos da categoria temática História das Instituições de Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995

Temáticas de Documentos	Subcategorias Temáticas						Total Cat. 3		Total Geral	
	3.1	3.2	3.3	3.4	3.8	3.9	Nº	%	Nº	%
Apresentação	1	-	2	-	1	-	4	0,95	4	0,09
Artigo	86	11	67	46	17	2	229	54,27	1.677	38,51
Depoimento	2	-	2	1	-	-	5	1,18	84	1,93
Disp. leg./Atos norm.	1	-	-	-	-	-	1	0,25	150	3,44
Editorial	1	-	3	13	-	-	17	4,04	91	2,09
Nota	3	-	2	-	2	-	7	1,65	148	3,40
Notícia	4	-	5	2	1	-	12	2,85	803	18,44
Relatório	-	1	1	-	2	-	4	0,95	59	1,35
Resenha	13	1	8	2	1	1	26	6,16	114	2,62
Resumo	24	1	19	52	21	-	117	27,70	1.211	27,81
Série Documental	-	-	-	-	-	-	-	-	14	0,32
Total	135	14	109	116	45	3	422	100	4.355*	100

*Os textos de *Cadernos Nupes*, indicados como Documentos de Trabalho, não estão computados nesta tabela. O total é inferior ao da Tabela 9 devido à não inclusão de alguns documentos sem classificação por tipo de produção.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 18 – Distribuição de documentos da categoria temática Autonomia Universitária, em periódicos nacionais, por tipo, subcategoria e posição no total geral – 1968-1995

Tipos de Documentos	Subcategorias Temáticas				Total Cat. 7	Total Geral <i>Universitas/BR</i>	
	7.0	7.1	7.2	7.3		Nº	%
Apresentação	-	-	-	-	-	4	0,00
Artigo	12	48	8	18	86	1.677	5,12
Depoimento	-	-	-	1	1	84	1,19
Disp.leg./Atos norm.	-	-	-	1	1	150	0,66
Editorial	-	2	-	1	3	91	3,29
Nota	-	-	-	1	1	148	0,67
Notícia	1	24	3	7	35	803	4,35
Relatório	-	1	-	-	1	59	1,69
Resenha	-	2	-	2	4	114	3,50
Resumo	1	8	-	2	11	1.211	0,90
Série Documental	-	-	-	-	-	14	0,00
Total	14	85	11	33	143	4.355	3,28

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

AS TEMÁTICAS MAIS PRESENTES NA CATEGORIA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Apesar de o mapeamento do Banco de Dados ter levado sempre em consideração, nesta categoria, seis subcategorias das nove existentes originalmente, uma análise mais qualitativa dos temas presentes permitiu configurar o conjunto dessas subcategorias em cinco grandes áreas temáticas: a) História da Educação Superior no Brasil, incluindo os três documentos que foram alocados na nova categoria do mesmo nome e, também, aqueles que tratam do tema em nível de sistema, na subcategoria 3.1 (*Criação, Institucionalização e Extinção de IES*), tendo em vista seu caráter mais abrangente; b) História das Instituições Universitárias, enfocadas em sua especificidade institucional, seja a instituição como um todo, seja alguma unidade ou área de atuação; c) Reforma Universitária, integrando as subcategorias 3.3 e 3.2, que, além da baixa frequência de documentos, revelou pouca eficácia discriminativa de levantamento de problemas de estruturação e funcionamento, como previa seu descritor; d) História dos Cursos Superiores e Áreas de Conhecimento, que se refere basicamente à subcategoria 3.8, mas engloba, também, alguns trabalhos incluídos em outras subcategorias temáticas; e) Produção Científica e as Instituições Científicas no Brasil, que procura dar conta da subcategoria 3.6, referente à produção científica.

Como pode ser verificado na descrição das cinco áreas temáticas acima, duas se referem diretamente a questões relacionadas às IES (História das Instituições Universitárias e História dos Cursos Superiores e Áreas de Conhecimento) e uma terceira (Reforma Universitária) trata, em vários documentos, da questão objeto de estudo no contexto de uma instituição de ensino superior. Na análise desses três temas, procurou-se sempre diferenciar os trabalhos que privilegiavam a IES como foco ou contexto de análise.

Tendo em vista a abrangência desta categoria temática, optou-se, também, por apresentar uma visão de caráter mais geral dos cinco temas acima relacionados, bem como das demais temáticas.

História da Educação Superior no Brasil

Cerca de 15 documentos ilustram a forma mais abrangente do enfoque dessa temática. Três deles abordam, inclusive, a educação de um ponto de vista geral, analisando questões de maior amplitude, que vão do divórcio entre educação e sociedade em um longo período (1812-1973) a análises mais focais (confronto entre ideologia católica *versus* ideologia do Estado, na década de 30) ou limitadas em termos de período de tempo (a Reforma Francisco Campos, de 1931, e a Reforma Passarinho, em 1971).

No que tange aos documentos que tratam da educação superior no seu sentido mais amplo, três linhas de trabalho se destacam, independentemente do número de documentos que apresentam: a) destaque da importância da investigação histórica da universidade brasileira, sinalizando possíveis vertentes teóricas de análise; b) análise das Constituições e/ou da legislação específica de ensino superior por um determinado período; e c) análise das principais questões da universidade em um determinado período de tempo.

É interessante observar, no conjunto de documentos trabalhados, a presença de apenas um voltado exclusivamente para este tipo de análise metodológica, o que representa certa lacuna em termos de produção acadêmica. Outro ponto que também merece ser destacado é a discussão a respeito das Constituintes no País, que aparece em vários documentos escritos em 1985, momento em que já se discutia a Constituição que seria promulgada em 1988.

Tais destaques pretendem chamar a atenção para duas características que a produção sobre História da Educação Superior deve ter: fundamentação teórica na investigação e a contextualização do momento histórico. Quanto à análise das principais questões da universidade,

abordadas em um determinado período de tempo, a maioria dos documentos sobre este tema estão alocados na categoria 3.1.

Os documentos que abrangem um período mais longo apresentam, geralmente, um fio condutor de sua análise, tais como: a relação com o sistema produtivo, a estrutura institucional da universidade, a forma de implementação de políticas educacionais em relação à universidade, etc. Já documentos como o que analisa a universidade nos anos 80 tendem a elencar questões que permeiam o recorte histórico escolhido. No caso concreto deste trabalho, despertou atenção o fato de uma autora elencar as questões mais presentes nos debates – autonomia e democratização da universidade –, denunciando a abordagem limitada de outras questões, como avaliação, carreira docente, indissociabilidade entre ensino e pesquisa e a relação público/privado. Esse tipo de abordagem coincide com o propósito do presente texto, no sentido de apontar não somente as questões presentes na produção sobre educação superior, como, também, as lacunas ou insuficiências de produção.

Os documentos alocados na subcategoria 3.1 (*Criação, Institucionalização, Desenvolvimento e Extinção de IES*), que tratam historicamente da universidade em nível de sistema, abordam uma grande variedade de assuntos que procuraremos, inicialmente, agrupar por ordem de maior presença no Banco de Dados, para, depois, tecer alguns comentários a respeito:

- 1) Expansão do ensino superior: necessidade de controle da expansão; modernização das IES (1945-1964); expansão e privatização; expansão e qualidade.
- 2) Recursos: crise da universidade e seus fatores econômicos; qualidade e recursos; relacionamento com o sistema produtivo; qualidade e eficiência; financiamento; adesão da universidade à internacionalização econômica.
- 3) Democratização do acesso: democratização e integração entre os níveis de ensino de 1º, 2º e 3º graus; evolução do conceito de democratização; demanda em relação aos cursos de graduação.
- 4) Público *versus* privado: público e privado na década de 80 no Brasil; crescimento do ensino superior privado como fenômeno mundial.
- 5) Análise histórica de modelos de universidade: proposta de uma universidade pública e democrática; modelo fundacional *versus* privatização; discussão da existência ou não de universidade no Brasil; papéis e formato institucional, como “aglutinação” de faculdades ou como organizações universitárias.
- 6) Questões relacionadas diretamente à Reforma Universitária, analisadas sob um enfoque histórico: cátedra e formação docente; pós-graduação; vestibular; primeiro ciclo, etc.

Podemos verificar no elenco acima que várias questões tratadas em nível de sistema nessa subcategoria temática se relacionam diretamente com outras categorias, tais como: Políticas Públicas da Educação Superior, Manutenção e Financiamento da Educação Superior, Natureza Jurídica das IES e Organização Acadêmica e Gestão. A contribuição específica desse conjunto de documentos para essas categorias temáticas é justamente a preocupação de trabalhar tais questões sob a perspectiva histórica. Entretanto, a esta visão histórica de determinadas questões deveria ser acrescida uma preocupação de não somente situar historicamente a questão, o que ocorre em boa parte dos documentos analisados, mas de desenvolver investigações com todo o rigor científico para determinar a origem e trajetória de determinados problemas recorrentes da educação superior no Brasil. Em outros documentos, ainda, o leitor que é especialista da área constata que alguns deles são fruto de uma investigação histórica, mas em nenhum momento do texto é explicitado o caminho metodológico percorrido pelo autor para chegar às suas conclusões. Às vezes esta explicitação vem em documento separado, como foi mencionado no início deste item. Finalmente, o pequeno número de trabalhos relacionados à Reforma Universitária será mais explorado quando se abordar desse assunto mais adiante, levando-se em consideração que alguns deles não tratam do assunto de uma perspectiva histórica.

História das Instituições Universitárias

Dos quase 150 documentos incluídos nesta temática, procurou-se destacar dois níveis de enfoque das instituições universitárias: 1) estudo de instituições de ensino superior agregadas; e 2) instituições individualizadas.

Inicialmente, no *primeiro nível*, foi destacado um pequeno grupo de estudos (num total de 12) que tem por objeto as instituições de ensino superior agregadas sob, basicamente, dois critérios: tipo de instituição e localização geográfica. Alguns documentos que trabalhavam as instituições sob o ângulo da área de conhecimento, como, por exemplo, ciências médicas, foram deslocados para a temática referente a cursos.

Em relação ao tipo de instituição, foi analisada uma série de cinco documentos, publicados no final da década de 60, sobre as escolas de Educação. Tendo em vista que a discussão gira em torno da transformação das faculdades de Filosofia em faculdades, centros ou departamentos de Educação, esse conjunto de artigos poderia ser também objeto de interesse para aqueles que estudam a subcategoria temática da *Reforma Universitária*. É importante registrar que esta é a única unidade acadêmica que aparece retratada no Banco de Dados, quando sabemos da enorme resistência de outras unidades acadêmicas à reforma. Tal silêncio pode ser interpretado pela dificuldade de uma análise crítica mais contundente, como anteriormente assinalado, no início de implantação da Reforma Universitária. Se analisarmos os autores dos artigos sobre as escolas de Educação, podemos perceber que são atores responsáveis pelo processo da Reforma em si mesma.

Documentos que focalizam conjuntos de instituições por localização geográfica, como, por exemplo, na cidade de Londrina e nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, têm geralmente como enfoque principal a análise do aparecimento, importância e expansão da rede de ensino superior.

No *segundo nível* de enfoque, encontramos, na subcategoria 3.1, um total de 75 documentos que analisam instituições individualizadas, seja globalmente, seja através de uma de suas unidades ou áreas acadêmicas. Tendo em vista a presença significativa desses estudos, optou-se por mapear esta produção por ano e instituição enfocada. A Tabela 19 retrata a distribuição dos estudos por ano de produção.

Será possível facilmente visualizar um conjunto de aspectos: a) estudos sob esse enfoque somente apareceram a partir de meados da década de 70; b) existe uma grande concentração de estudos no biênio 1984/1985; e c) na década de 90 também existe uma certa concentração de trabalhos sobre este assunto. Para melhor compreender esses dados, fez-se um levantamento das instituições objeto de estudo em, pelo menos, dois documentos, o que resultou na Tabela 20.

Como pode ser verificado na Tabela 20, a USP e a Unesp concentram mais de 50% dos documentos desse tipo. Combinando essas informações com os índices de concentração por ano comentados na tabela anterior, pôde-se verificar, voltando aos resumos do Banco de Dados, que o projeto da Unesp foi bastante discutido na década de 70 (1975-1978) e que o alto índice de concentração de documentos nos anos de 1984 e 1985 pode ser creditado, em grande parte, à comemoração dos 50 anos da USP. Vários artigos foram escritos sobre o assunto e, apesar de alguns textos serem descritivos ou enaltecedores do evento, pode-se identificar algumas avaliações críticas da trajetória da instituição bastante significativas.

Lamentavelmente, nesse Banco, documentos mais recentes sobre os 25 anos da UFSCar, 30 anos da UnB ou 60 anos da UFRGS se limitaram (sem desmerecer o registro) a uma notícia. Uma ampla avaliação pela comunidade acadêmica de dentro e de fora da instituição, como a que foi realizada em relação aos 50 anos da USP, precisa ser incentivada, inclusive no momento em que a nova Lei de Diretrizes e Bases não define nenhum modelo de instituição. Mesmo quando existia um modelo institucional imposto pela Reforma Universitária já defendíamos um modelo de análise que possibilitasse situar historicamente as instituições de ensino superior e definir sua identidade através de três problemas: a exploração da origem da instituição, a natureza do comportamento dentro dela

e a mudança institucional (Segenreich, 1990). Em 1997, foi realizada uma sessão coordenada sobre as instituições universitárias no Rio de Janeiro, na qual se teve oportunidade de acompanhar a trajetória de três instituições universitárias de porte: a Universidade do Brasil (Fávero, 1997b), a PUC-RJ (Segenreich, 1997) e a Uerj (Mancebo, 1997).

Tabela 19 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior na subcategoria 3.1, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995

Anos	Nº	Anos	Nº
1968	-	1982	2
1969	-	1983	3
1970	-	1984	13
1971	-	1985	10
1972	-	1986	1
1973	-	1987	-
1974	2	1988	-
1975	2	1989	3
1976	1	1990	3
1977	3	1991	1
1978	2	1992	7
1979	2	1993	3
1980	4	1994	6
1981	3	1995	4
Total			75

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 20 – Distribuição de documentos sobre História das Instituições de Educação Superior na subcategoria 3.1, em periódicos nacionais, por instituição enfocada – 1968-1995

Instituições Focalizadas	Nº
Universidade de São Paulo (USP)	18
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	9
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	4
Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf)	3
Universidade de Brasília (UnB)	3
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	2
Unifesp/Faculdade Paulista de Medicina	2
Total	53

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Reforma Universitária

Esta é uma das subcategorias mais importantes do Banco de Dados e concentrou mais de 100 documentos sobre os mais variados temas, que foram divididos em dois grandes grupos: documentos que se reportam à Reforma Universitária de 1968 e documentos que descrevem e discutem as novas propostas da Reforma que surgiram a partir da década de 80, seguindo a mesma linha de pensamento adotada no texto apresentado à ANPEd, analisando os 25 anos de Reforma Universitária (Fávero, 1994). Utilizou-se o mesmo esquema de análise adotado em relação à História da Educação Superior em nível de sistema: primeiramente foram elencados os principais temas tratados, para, em seguida, tecer-se alguns comentários a respeito.

Entre as principais questões levantadas em relação à Reforma Universitária de 1968, foram destacadas: a) questões gerais: condições de implantação, projeto da Reforma e projetos alternativos, avaliação, idéia de Universidade, análise política; b) questões relativas a inovações propostas pela Reforma: ciclo básico, vestibular, relação ensino-pesquisa, participação estudantil, departamento, currículo, pós-graduação; e c) questões discutidas no âmbito de universidades específicas, em termos de exemplos ilustrativos: estrutura de poder na UFPB, regressão na UnB, ensino e pesquisa na UFRGS, imposição do projeto de Reforma como ruptura de trajetória na USP.

As questões gerais elencadas registram de forma sumária um conjunto de documentos significativos no que se refere à discussão do Projeto de Reforma como um todo. Cerca de 10 documentos examinam o projeto apresentando e discutindo detalhadamente as alternativas propostas na época, mas que não prosperaram. Alguns destes documentos analisam os diferentes textos que fizeram parte da Reforma Universitária, como o Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos. Outros, ainda, situam as raízes da Reforma em realizações que prepararam, de certa forma, o caminho da Reforma, como, por exemplo: o Centro Técnico de Aeronáutica (1947), a Faculdade de Medicina de Ouro Preto (1951) e a Universidade de Brasília (1961).

No que se refere às inovações propostas, os documentos se dividem em: análises acadêmicas, que procuram fazer um estudo dos pontos positivos e negativos em termos de dificuldade de implantação; análises institucionais, que procuram definir a forma de implantação ou não dessas inovações em função da cultura da instituição; análises do contexto político e repercussões dessas propostas na instituição.

Nas questões discutidas no âmbito das instituições, pode-se perceber, mais claramente, todo o impacto de uma inovação imposta em sua trajetória pelo simples enunciado dos documentos. Para muitas instituições, este foi um momento de ruptura de trajetória bastante traumático, pela forma como foi implantada a inovação. Poucos trabalhos foram publicados em relação a instituições de educação de menor projeção, mas seria importante que este “exercício de avaliação institucional de um momento de crise” fosse mais incentivado.

Entre as principais questões levantadas em relação às novas propostas da Reforma, merecem registro: a) crítica à proposta do Geres como proposta crítica, pelo fato de dar maior ênfase à remuneração de funcionários do que às questões pedagógicas e científicas, consideradas fundamentais por alguns autores; controvérsia entre autonomia e autogestão; crítica à universidade de ensino proposta pelo Geres; escassa participação da comunidade na elaboração do relatório final; b) discussão de diferentes questões, como indissociabilidade entre ensino e pesquisa; universalização de campo; autonomia universitária; questão salarial das universidades federais – tais aspectos foram levantados em reuniões do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, nas universidades e nas associações de classe; c) análise crítica da Universidade na década de 80, debatendo, entre outros problemas, a estrutura de poder e a questão da participação docente e discente nos diferentes níveis de decisão, bem como a diminuição de recursos destinados às atividades básicas e a progressiva desobrigação do Estado para com a educação superior pública; e d) comparação entre

a Reforma de 1968 e as propostas da década de 80, em termos gerais ou enfocando questões específicas, como a autonomia e a cátedra.

Em relação a este grupo de questões, o próprio enunciado já demonstra a contribuição de cada grupo de documentos. Reserva-se este espaço de comentários para chamar a atenção sobre a importância dos estudos comparativos acima citados, utilizando uma perspectiva histórica que faltou a muitos documentos mencionados nesta subcategoria temática. Mais uma vez enfatiza-se a necessidade de tratar essas questões sob uma perspectiva histórica, cientificamente desenvolvida.

História dos Cursos Superiores e Áreas de Conhecimento

A exemplo dos documentos referentes às instituições universitárias, esse conjunto de documentos é importante na medida em que reconstitui o processo de construção de determinados cursos e áreas de conhecimento. Os textos selecionados a partir da subcategoria 3.8 – *Cursos* – e de outras subcategorias da mesma temática foram distribuídos em quatro grupos, que podem ser visualizados na Tabela 21.

Tabela 21 – Distribuição de documentos da subcategoria Cursos, em periódicos nacionais, por forma de agregação – 1968-1995

Formas de Agregação	Nº
Área de conhecimento	9
Curso em geral	12
Disciplina em geral	6
Curso na instituição	20
Total*	47

*Este total é diferente dos que aparecem nas Tabelas 10 e 11 porque não foram analisados documentos incluídos na subcategoria 3.8 e, também, por terem sido acrescentados outros da subcategoria 3.1.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Detalhando as informações contidas na Tabela 21, vale registrar que as áreas de conhecimento trabalhadas nos documentos se referem principalmente à formação de professores, com três documentos, seguida das seguintes áreas, com um documento cada uma: Informática Educativa, Literatura em nível de Pós-Graduação, Ciências Sociais, Ensino do Direito, Ensino Médico e Ensino Superior Agrícola.

No que se refere aos cursos em geral, mais uma vez a área de educação está mais presente através do curso de Pedagogia, seguido dos cursos de Administração, Medicina, Ciências Jurídicas, Psicoterapia e Engenharia de Operação. Mesmo os documentos relacionados a disciplinas privilegiam, nos textos analisados, a educação, ao focar as disciplinas de Didática, Prática de Ensino e Biologia Educacional. O fato de prevalecerem no Banco de Dados as revistas da área de educação é uma explicação possível; resta saber se as revistas especializadas nas diferentes áreas privilegiam a área de ensino em sua produção. Tomando como base os dados levantados na revista *Ciência e Cultura*, que nas reuniões anuais da SBPC recebe trabalhos de todas as áreas, somente a Física e a Química apresentam regularmente trabalhos sobre ensino superior (Segenreich, 1998).

Finalmente, o último grupo de documentos procura registrar a trajetória de 20 cursos em suas respectivas instituições, o que constitui uma contribuição importante para uma avaliação de seu funcionamento como um todo. Seria importante que houvesse um esforço de reunir estes trabalhos institucionais, com o objetivo de traçar, a partir da experiência concretamente vivida no cotidiano

dessas instituições, o perfil dos diferentes cursos. Como já foi comentado no decorrer deste documento, as novas formas de cursos que vêm sendo propostas (cursos seqüenciais, cursos a distância) a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 demandam um conhecimento aprofundado dos cursos existentes, para evitar equívocos.

Produção Científica e Instituições Científicas no Brasil

Esta subcategoria apresenta uma temática bastante rica que mereceria análise mais detalhada. Entretanto, somente será possível dar uma visão geral dos grandes temas tratados tendo em vista a ênfase dada neste trabalho às instituições universitárias. Para tanto, serão elencadas algumas linhas de trabalho percebidas no conjunto dos documentos, com os respectivos comentários, quando for necessário: a) estudos sobre a História das Ciências em geral e das ciências em algumas áreas, como, por exemplo, as Ciências Sociais; b) documentos que estabelecem normas para apresentação de publicações realmente científicas ou procuram fazer uma avaliação geral da qualidade da produção acadêmica em termos dos padrões estabelecidos internacionalmente; c) estudos sobre a trajetória de instituições científicas, de grande importância para o desenvolvimento da ciência no Brasil; d) análise da trajetória de revistas incluídas, até mesmo as que fazem parte do Banco de Dados; e) trabalhos que analisam a produção científica de associações acadêmicas; f) trabalhos que analisam a produção dos cursos de pós-graduação; g) documentos que avaliam a pesquisa; h) documentos que avaliam a produção acadêmica de instituições universitárias; e i) avaliação de periódicos específicos.

AS TEMÁTICAS PRESENTES NA CATEGORIA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Como foi dito anteriormente, na análise da categoria Autonomia Universitária, a partir de um exame mais acurado dos documentos que constituem o Banco *Universitas/BR*, como assinalado na Tabela 19 deste estudo, foram criadas duas novas subcategorias – *Idéia e Concepção de Autonomia (7.0)* e *Autonomia em Geral (7.3)* – em substituição à subcategoria *Outros (7.9)*, que pouco expressava o conteúdo e a riqueza do material encontrado.

Trabalhando a subcategoria 7.0, foram encontrados alguns textos que oferecem importantes subsídios para um entendimento do princípio da autonomia universitária. E aqui, para apreendermos a idéia e a concepção em toda a sua abrangência, vale lembrar que o termo “autonomia”, de acordo com a origem etimológica do vocábulo, corresponde a sua forma grega, composta de duas raízes: *autós* e *nómos*. A primeira significa *si mesmo*, algo que se basta, que é peculiar; a segunda pode significar tanto *lei* como *regra* ou *ordem* (Cunha, 1982, p. 84 e 551). A palavra *autonomia* resulta, portanto, da aglutinação desses dois vocábulos, podendo ser entendida como *a lei de si mesma*.

No confronto das duas raízes, há uma identidade trazida da *autós* e uma pequena diferença específica dada pela dupla origem de *nomia*. Procurando explicar essa questão, Cury, um dos autores que integram o Banco de Dados, valendo-se de alguns elementos etimológicos, filosóficos e jurídicos, apresenta análise importante a respeito desses vocábulos gregos, a saber: “*autós* significa por si mesmo, algo que se basta. Já a palavra *nomia* é polissêmica, tanto pode significar lei, regra, modelo a seguir, como significar uma região delimitada”. Assim, pela identidade, a universidade é *autós* ou não será universidade, uma vez que “*autós* é a sua substância”. Mas, por outro lado, “a universidade é também *nomia*” (Cury, 1991, p. 25). Assim, somos levados a indagar: qual o sentido que prepondera, “o de modelo ou o de lugar relativo”? Tal questão, para esse autor e outros (Mendes, 1980 e Fávero, 1997a), é um campo aberto a discussões com implicações diferenciadas.

Partindo desses elementos, constatamos que há documentos incluídos na subcategoria 7.0 que nos levam ainda a observar que, se aceitamos ser a autonomia “uma prerrogativa da Universidade, decorrente de suas características próprias, pelas quais tal privilégio é atribuído à instituição como um todo (...), a partir daí, impõe-se que o governo da Universidade traduza uma concepção ministerial de poder, que é a antítese da vontade de poder”. Dessa forma, deverá subordinar-se a dois princípios: a da vontade comum, elaborada e executada através de métodos adequados, e o da gestão acadêmica, pela qual as instâncias de poder nos assuntos científicos serão providos por delegação do corpo acadêmico e segundo os interesses do ensino e da pesquisa (Mendes, 1980, p. 63-64).

Examinando os textos produzidos sobre *Idéia e Concepção de Autonomia e Autonomia em Geral*, verifica-se que a luta por uma legislação universitária de conteúdo democrático não é apenas um problema jurídico-formal; mais que isso, é um movimento político pelo fortalecimento da autonomia e democracia universitárias. Não desconhecemos que a elevação da autonomia à garantia de princípio constitucional foi um passo fundamental, oferecendo possibilidades de defesa das instituições universitárias ante à intervenção do Estado em seus assuntos e decisões de caráter interno. Todavia, não podemos esquecer que não se pode confundir autonomia com soberania, pois “autonomia supõe espaço de uma liberdade criadora socialmente responsável e de uma produção científica reconhecida e avaliada (...). Espaço capaz de autodeterminação de possibilidades e de limites (...), implicando a criação *ad intra* de regulamentos próprios e a possibilidade de *autodireção*. A entidade autônoma é de direito público interno. Governa-se por si própria *ad intra*, mas *ad extra* tem seus limites traçados pela Lei Maior, ou seja, pelo modo de participação política daquela autarquia no conjunto de uma nação soberana”. Não seria demais lembrar também que “a soberania é o maior poder político de uma nação ou de um Estado pelo qual ela regula interna e externamente seu próprio destino, usufruindo de uma personalidade internacional” (Cury, 1991, p. 27).

Quanto à autonomia administrativa, fica evidente, após análise de alguns documentos, publicados sobretudo nos anos 80 e 90, que a consolidação de uma real autonomia e democracia na universidade apóia-se no pressuposto de que uma instituição universitária apresenta sempre diversos graus de poder, configurando o sistema político como uma pirâmide. Contudo, para que ela seja de fato democratizada, o poder deve fluir da base para o vértice, sem constituir-se monopólio de nenhuma instância, mesmo dos que estão na administração superior. Assim, cada instância deve gozar de autonomia, no sentido de autogoverno. A subordinação à instância superior não significa vínculo ao arbítrio dos dirigentes superiores, mas a uma vontade comum, expressa numa política a que todos se subordinam, inclusive os órgãos da administração superior. Entendida sob essa perspectiva, a fonte de poder na universidade deve ser a vontade comum, expressa numa estrutura excludora de qualquer forma monárquica ou oligárquica de autoridade (Mendes, 1980).

Assim entendida, a universidade autônoma e democrática passa pelo princípio da gestão democrática em todos os níveis e instâncias – reitoria, centros, faculdades, departamentos, etc. A posição destas autoras em defesa desse princípio leva-as a advogar: a) transparência e visibilidade em todos os setores da vida acadêmica; b) aumento ou existência efetiva de espaços para que a comunidade acadêmica seja auscultada e possa participar organicamente do planejamento e das deliberações tomadas pela instituição; e c) definição dos canais e das vias institucionais existentes para a discussão, bem como a deliberação das questões referentes à autonomia universitária.

No que tange à *Autonomia Administrativa de Gestão Financeira e Patrimonial*, sobretudo no período 1985-1995, vários autores que integram entidades acadêmico-científicas defendem que, no caso das instituições públicas, autonomia tomada nesse sentido significa que a instituição tem competência para propor e executar o seu orçamento, receber os recursos que o Poder Público é obrigado a repassar-lhe para pagamento de pessoal, de despesas de capital e outros custeios, gerir seu patrimônio, receber doações e subvenções, bem como realizar operações de crédito ou de financiamento com a aprovação do Poder Público competente.

Em geral, de forma explícita ou não, os autores que advogam a existência de uma universidade autônoma e democrática são levados a concluir que, se por um lado nunca houve autonomia universitária no sentido pleno, apesar de proclamada na Constituição de 1988 e em documentos oficiais, por outro lado, observa-se, de forma cada vez mais consciente, uma luta pela construção dessa autonomia. Convém observar, no entanto, que tais anseios não foram contemplados na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada sob o n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Chama-se a atenção também para o excessivo número de regulamentos e medidas promulgadas nesses últimos anos, no que tange às instituições de educação superior.

CONCLUINDO...

Houve um imenso esforço em termos de levantamento de dados sobre a produção acadêmica em educação superior no Brasil, no período em análise, por uma equipe interinstitucional de pesquisadores de diferentes universidades do País. Essa pesquisa permitiu revelar a existência de uma significativa produção sobre várias temáticas e questões, que continuam sendo debatidas até os dias atuais, como as iniciadas neste trabalho: a história das instituições universitárias e o princípio da autonomia.

No entanto, é necessário que se continue a explorar e aprofundar a riqueza dos dados desse levantamento pioneiro, em alguns momentos tateantes ainda, a fim de que possa ser atingido o objetivo principal da pesquisa: oferecer elementos para uma compreensão mais completa do estágio do conhecimento a respeito de determinadas temáticas, no que se refere a sua amplitude, às tendências teóricas e abordagens metodológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. Em torno da universidade de resultados e de serviços. *Revista USP*, São Paulo, n. 25, p. 54-61, mar./maio 1995.
- CUNHA, Antonio Geraldo de. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão da autonomia universitária. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 25-29, nov. 1991.
- DUBY, Georges. História da vida privada : da Europa feudal à Renascença. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p. 9-16 : Advertência.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Autonomia e gestão e o cerco à universidade. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 11, p. 1045-1056, nov. 1987.
- _____. Vinte e cinco anos de reforma universitária : um balanço. In: MOROSINI, M. C. (Org.). *Universidade no Mercosul*. São Paulo : Cortez, 1994. p. 149-177.
- _____. A Universidade do Brasil : o grande projeto universitário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DE TECNOLOGIA, 6., 1997. *Anais do...* Rio de Janeiro : SBPC, 1997a. p. 203-208.
- _____. Autonomia universitária no Brasil e a intervenção do Estado. In: CATANI, A. M. (Org.). *Congresso Internacional "Políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI"*. Recife : YK Produtora de Eventos, 1997b. p. 56-68.

- MANCIBO, Deise. A história da Universidade do Rio de Janeiro : da gênese aos compromissos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DE TECNOLOGIA, 6., 1997. *Anais do...* Rio de Janeiro : SBPC, 1997. p. 198-202.
- _____. A produção científica sobre educação superior na revista *Ciência e Cultura* (1968-1979). In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 193-208.
- MENDES, Durmeval Trigueiro. O governo da universidade. *Estudos e Debates*, Brasília, n. 3, p. 48-65, 1980.
- MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998a. p. 13-30 : Apresentação.
- _____. *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998b. p. 47-70 : A revista *Educação Brasileira* e produção de conhecimento sobre educação superior.
- SEGENREICH, Stella C. Duarte. A trajetória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DE TECNOLOGIA, 6., 1997. *Anais do...* Rio de Janeiro : SBPC, 1997. p. 208-212.
- _____. Ciência e cultura e a educação superior no Brasil – 1982-1995 : multiplicidade de temas e de enfoques. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 209-223.
- _____. Participação na Universidade : as mil faces do cotidiano. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 2, p. 105-118, jun./dez. 1990.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A produção intelectual sobre educação superior na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP* no período de 1968-1995. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 129-161.
- TAVARES, Maria das Graças M. Educação & Sociedade : um espaço plural de análise política sobre educação. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 163-190.